

Matérias a serem priorizadas pela comissão:

- 1. SCD 4/2016** - Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- 2. PEC 73/2015** - Altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade;
- 3. PEC 96/2015** - Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de transmissão causa mortis e de doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCMD, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional;

4. PLS 35/2014 - Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com o intuito de desburocratizar o procedimento de reconhecimento de firma do administrado;

5. PLS 401/2013 - Altera a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação; e

6. PLS 472/2012 - Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei das PPPs), para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios; estabelece que o valor mínimo será de dez milhões para os Estados e de cinco milhões para os Municípios.